

Novos feminismos revisitados de Luiza Bairros

Rasbeca Sobral Freire*

Resumo:

Este artigo apresenta, brevemente, a biografia de Luiza Bairros. Abordar suas militância, produção intelectual e participação política na esfera institucional no Brasil é uma oportunidade de visitar os *nossos feminismos* à luz das críticas que ela fazia à desigualdade social e ao racismo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, embasada nos estudos decoloniais e feministas interseccionais, sendo o biografismo a escolha metodológica. Conhecer contribuições de intelectuais negras brasileiras, a exemplo de Luiza Bairros, é tarefa imprescindível para a retomada de um projeto que vislumbre a construção de uma sociedade livre do racismo, da violência patriarcal e da exploração capitalista de classe. O artigo é também uma *femenagem* a esta grande pensadora, militante e ministra inesquecível que nos deixou em 2016.

Palavras-chave: Luiza Bairros; pensamento feminista; intelectuais negras; movimento negro.

New feminisms revisited of Luiza Bairros

Abstract:

This article briefly presents the biography of Luiza Bairros. Addressing her militancy, intellectual production and political participation in the institutional sphere in Brazil is an opportunity to revisit our feminisms in the light of her criticisms of social inequality and racism. This is a qualitative bibliographic research, based on decolonial and intersectional feminist studies, with biographism being the methodological choice. Knowing the contributions of black Brazilian intellectuals, like Luiza Bairros, is an essential task for the resumption of a project that envisages the construction of a society free of racism, patriarchal violence and capitalist class exploitation. The article is also *homage* to this great thinker, activist and unforgettable minister who left us in 2016.

Keywords: Luiza Bairros; feminist thought; black intellectuals; black movement.

* Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. Docente formadora bolsista Capes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador-BA, Brasil. End. eletrônico: rebeca.sobral@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2245-425X>

Luiza Bairros, sempre *bem-lembrada*¹

Este artigo é resultado do trabalho de estudos e pesquisa do Grupo Intelectuais Negras Brasileiras da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, que durante o período de isolamento da pandemia de Covid-19 em 2021, reuniu-se semanalmente, em encontros *on-line*, com pesquisadoras negras e antirracistas de todo o Brasil, para nos debruçarmos sobre o pensamento de intelectuais negras brasileiras. Cada pesquisadora teve a oportunidade de escolher uma das intelectuais com o objetivo de conhecer sua trajetória, em especial suas contribuições para a produção de conhecimento intelectual, artístico ou político. De imediato, Luiza Bairros foi o nome *bem lembrado*. Era a chance há muito tempo desejada de conhecer a ministra da igualdade racial!

Para a realização deste estudo, recorreremos a uma revisão de literatura em perspectiva biográfica, com uso de técnicas de pesquisa como o recurso etnográfico dos diários, levantamento de entrevistas (na mídia), trabalhos autorais da biografada, além de registros de atuações políticas em movimentos sociais e suas ações a partir da inserção em programas institucionais.

A pesquisa também contou com o compartilhamento de algumas memórias e relatos em diário de campo de uma jovem cientista política feminista antirracista, que um dia sonhou em ter Luiza Bairros como a primeira presidenta negra do Brasil. Para o registro de perspectiva biográfica ou de narrativas biográficas (Gussi, 2008), é preciso considerar que uma biografia narra a vida de uma pessoa a partir de suas experiências, em diálogo com marcos sociais, com participações e posicionamento políticos, com as ações e contribuições realizadas.

Na reflexão sobre narrativas biográficas e suas implicações epistemológicas, segundo Alcides Gussi (2008), “a abordagem biográfica a um só tempo permite: informar sobre contextos sociais, evocar subjetividades distintas e revelar a dimensão intersubjetiva entre os sujeitos e o[a] pesquisador[a]” (Gussi, 2008, p. 7). Assim, essas narrativas são uma reflexão acerca do contexto social, sendo o sujeito biografado construído a partir da experiência vivida que representa identidades pessoais e coletivas que atravessaram sua trajetória.

Mas por que biografias negras? Por que mulheres negras intelectuais? Essa perspectiva que dá atenção a sujeitos políticos, e de pesquisa, abre a oportunidade de um olhar sob a perspectiva racial e de gênero das representações sociais, e desvendar estruturas sociais como o racismo, mas também reconhecer a relevância das histórias de vida, que estas importam e precisam ser contadas. No caso de biografias sobre intelectuais e militantes negras que contribuíram com “a denúncia e a superação dos danos materiais e simbólicos causados pelo racismo” (Garrido, 2015,

¹ A expressão ‘bem lembrada’, frequentemente usada quando as pessoas falam sobre Luiza, deu título ao artigo “Luiza Bairros: uma ‘bem lembrada’ entre nós”, de Ana Flávia Magalhães Pinto e Felipe da Silva Freitas (2017).

p. 1), é a possibilidade de ampliar os debates sobre raça e racismo, frequentemente negligenciados pelo *status quo* do academicismo.

Luiza Bairos é uma destas intelectuais e militantes negras cuja trajetória teórica e política precisa ser cada vez mais descortinada. A partir da análise das contradições sociais de gênero, raça e classe, a intelectual propõe uma crítica às teorias e práticas feministas contemporâneas sob a hegemonia de uma perspectiva única. Para ela, “certos feminismos desconsideram categorizações de raça, de classe social e de orientação sexual favorecendo assim discursos e práticas voltados para as percepções e necessidades de mulheres brancas heterossexuais de classe média” (Bairros, 1995, p. 459)

Nossa biografada tem, portanto, grande relevância no combate às desigualdades. Como escreveram Ana Flávia Magalhães Pinto e Felipe da Silva Freitas, a “relevância do seu pensamento dificilmente será medida pelo número de artigos e livros publicados, um parâmetro comumente usado pela academia convencional para determinar o quilate de um/a intelectual.” (2017, p. 219). Luiza Bairos era muito mais. Ela é conhecida tanto no que concerne às críticas como no que se refere às intervenções práticas no âmbito das relações raciais e de gênero estabelecidas no Brasil e no mundo. A autora não poupou esforços em suas análises sobre o mercado de trabalho na implementação transversal de debates, mas também fez proposições e instalou políticas de combate ao racismo e ao sexismo institucional. A confecção desse breve registro acerca de Luiza Bairos promove um encontro com o exame crítico da história colonial e recente do país.

Estudar intelectuais negras contemporâneas, segundo bell hooks² (1995), é defender o reconhecimento do trabalho intelectual como uma forma de ativismo. A autora estadunidense critica inclusive setores ditos progressistas que, em sua maioria, restringem o entendimento de uma atuação política das mulheres. Sob este prisma, só é ativismo concreto as práticas de trabalho de rua, os piquetes e greves, além das visitas a regiões de intensas desigualdades sociais e/ou de participação em atos de contestação e de resistência. Para hooks, esse não-reconhecimento das contribuições intelectuais e do impacto de seus trabalhos na sociedade ocorre devido a uma cultura anti-intelectual que invisibiliza a propagação de pensamentos sociais que vislumbram mudanças sociais radicais, a exemplo da vida e obra de Luiza Bairos.

A menção aos nome e sobrenome de nossa autora remete à pauta de muitas parceiras negras de luta, como Vilma Reis e Lélia Gonzalez, que nos orientam que mulheres negras devem ser sempre chamadas pelo nome e sobrenome, como um reconhecimento de si em sua singularidade, como uma forma de combater o racismo que insiste em negar nosso direito à humanidade colocando apelidos diminutivos e pejorativos, além de querer nos infantilizar. Cabe ainda enfatizar a

² A autora orienta o uso de seu nome com letra minúscula, para ressaltar o texto.

importância da escrita no feminino, em reparação ao uso de uma gramática universal de gênero e excludente da participação das mulheres. Aqui será considerada a forma inclusiva de *todes* com o uso de uma gramática de gênero, em perspectiva feminista, e de uma linguagem neutra para contemplar pessoas não-binárias.

Da mesma maneira, foi incluída a (auto)descrição tanto da autora do artigo como da intelectual biografada com vistas a contribuir com a desconstrução de uma cultura capacitista e de exclusão das pessoas com deficiência. Assim, Rasbeca Sobral, autora deste artigo, sou uma mulher cisgênero, de cabelos pretos lisos curtos, em formato de cuia indígena, pele clara, não branca. Tive o prazer de conhecer e trabalhar³ com Luiza Bairros em Salvador, além de ter tido uma formação política com ela a partir de suas intervenções, palestras e escritas. Luiza Bairros, quanto à ela, foi uma mulher negra, de cabelos curtos crespos, pele escura, um sorriso largo; usava óculos de lentes pequenas e com armação bem fina. Sempre muito elegante, usava com frequência echarpes coloridas no pescoço. Mulher marcante, de voz forte e incisiva. Bem-humorada, não hesitava em dançar no show de Luiz Melodia no Pelourinho, e brindava nas festas de Iemanjá no Rio Vermelho. E, vale registrar mais uma faceta de Luiza Bairros: era parceira do hip hop feminista!⁴

Luiza Bairros, mulher negra e intelectual

Nossa intelectual viveu as transformações sociais e culturais no século XX e XXI a partir das lutas negras e políticas dos movimentos sociais contemporâneos, com uma produção acadêmica relevante sobre desigualdades sociais, até adentrar nas instâncias institucionais em uma gestão histórica, nunca vista em um governo brasileiro, que criou, em 2003, a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Mulher, negra, migrante, militante, intelectual e feminista, Luiza Bairros saiu de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do país, para a militância nos movimentos negros no nordeste brasileiro, mais especificamente deu continuidade à sua formação política em Salvador, capital do estado da Bahia. Também teve a oportunidade de conviver com a intelectualidade negra da diáspora nos Estados Unidos.

Tornar-se intelectual sendo mulher negra não é uma tarefa fácil. Segundo bell hooks (1995), já na infância há um desafio a ser enfrentado: encontrar tempo e espaço adequado para se dedicar à leituras e à escrita, considerando o histórico de luta por direito a educação para a população negra. No caso das crianças negras das

³ Projeto desenvolvido em Salvador no período de outubro de 2005 a março de 2006, com a interveniência da Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), com o apoio financeiro do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), através do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

⁴ Consultar livro dedicado a Luiza Bairros, *Hip Hop feminista!* (Freire, 2018)

famílias empobrecidas, ser inteligente e se tornar intelectual poderia ser um problema ainda maior; muitas eram desestimuladas, inclusive com abusos. A autora relata que, apesar das dificuldades, conseguiu encontrar na leitura e na escrita o lugar para se refugiar e abrigar sua dessa intelectualidade, como um espaço de construção de sua subjetividade:

Esse reconhecimento vivido de como a mente pelo pensamento crítico podia ser usada a serviço da sobrevivência como podia ser uma força curativa em minha luta para combater o desespero da infância me permitiu tornar-me um eu autônomo na família disfuncional e levou-me a valorizar o trabalho intelectual. Valorizava-o não por ter-me trazido status ou reconhecimento, mas porque oferecia recursos para intensificar a sobrevivência e meu prazer de viver. (hooks, 1995, p. 466).

As possíveis perspectivas cunhadas pelas intelectuais negras refletem na sua escrita a política do cotidiano. Discorrem sobre a realidade do mundo concreto em contato com a comunidade, tendo como referências outras mulheres negras e suas críticas diante das experiências marcadas pelas relações raciais, de gênero e de classe. Intelectuais negras de diferentes gerações e de diversos países ainda são pouco conhecidas e quase nunca citadas.

Quando examinou a condição das intelectuais negras nos Estados Unidos, bell hooks observou que existe uma lógica do “patriarcado capitalista com supremacia branca” (1995, p. 468), que impossibilita que as mulheres, especialmente as negras, exercitem de forma criativa suas mentes. Neste perspectiva, as mulheres negras são consideradas apenas um corpo sem mente (hooks, 1995). Em seu artigo “Intelectuais negras”, a autora enfatizou que suas alunas quando eram solicitadas a citarem nomes de autores negros, sem especificar o gênero, sempre citavam autores como Du Bois, Marcus Garvey, Malcom X etc. Todos homens. O exercício ficava mais difícil quando perguntava sobre intelectuais negras. Segundo a autora, suas estudantes precisavam pensar muito até conseguirem citar algumas escritoras, mesmo as famosas como Alice Walker, Toni Morrison e Angela Davis (hooks, 1995).

O que dizer das intelectuais negras brasileiras? Já constam da matriz curricular das escolas e das universidades?

Do Colônia Africana à militância política nacional

Luiza Helena de Bairros nasceu em 27 de março de 1953 na capital gaúcha. Filha do militar Carlos Silveira de Bairros e da dona de casa Celina Maria de Bairros, contou sempre com apoio destes e de seu irmão mais velho, Antônio Carlos, na sua formação (Mulher 500, 2022). A família morava no território negro que na virada

para o século XX era conhecido como Colônia Africana, “em virtude da concentração de gente negra liberta e livre que ali se estabeleceu nas últimas décadas do século XIX” (Pinto; Freitas, 2017, p. 221). Desde muito cedo, portanto, a autora adquiriu uma consciência política acerca das desigualdades sociais.

Estudante aplicada, teve ótima passagem pelos ensinamentos fundamental e médio, além de excelente desempenho no curso de Administração Pública e de Empresas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, formando-se em 1975. Na sequência, em 1979, obteve o título de Especialista em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará. Migrou para as Ciências Sociais, área em que concluiu o mestrado pela Universidade Federal da Bahia. Finalmente, em 1997, obteve o diploma de doutorado em Sociologia pela Michigan State University.

Ainda sobre sua passagem pela Universidade na década de 1970, Pinto e Freitas (2017) destacam que mesmo sendo filha de militar e apesar dos anos de chumbo, Luiza Bairros participou ativamente dos movimentos estudantis.

Durante a graduação, ela integrou o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, onde estava lotado o seu curso. Participou, portanto, das ações dos estudantes no sentido de se rearticular por áreas como forma de suplantar o enfraquecimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) promovido pelas intervenções do regime autoritário. Essas atividades, aliás, a levaram pela primeira vez a Salvador, em julho de 1974, para o I Encontro Nacional dos Estudantes de Administração (Enead), meses antes da fundação oficial do bloco afro Ilê Aiyê, que teria muita importância em sua história (Pinto; Freitas, 2017, p. 223).

Foi também na Universidade que Luiza Bairros teve seu primeiro contato com informações sobre os movimentos sociais negros na diáspora, incluindo o partido dos Panteras Negras, com sua perspectiva de luta socialista e de resistência negra contra as opressões sociais e do Estado. A autora se torna ativa no movimento social, em especial o movimento negro, com seus debates e manifestações políticas sobre as questões raciais no Brasil (Geledés, 2020, s/p.).

Luiza Bairros se encantou com o movimento de luta contra a ditadura. E sua voz potente e suas convicções políticas também não passaram despercebidas. Apesar disso, em fala no III Fórum do Pensamento Crítico: Autoritarismo e Democracia no Brasil e na Bahia, a autora observou que houve um apagamento da presença negra nas lutas democráticas no país. Pinto e Freitas (2017) indagam:

por que ela não fez parte dos coletivos de intelectuais negros que se formaram e eram por ela identificados? Ela era uma pessoa que se sabia negra, foi criada numa família negra, frequentou o Floresta Aurora — o clube social negro mais antigo de Porto Alegre —, e sabia da existência de dias

diferenciados para bailes para negros e brancos até mesmo na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, bem como dominava outros códigos da sociabilidade racializada em que crescera. O cabelo alisado com corte chanel, usado até 1979, estava longe de ser um atestado de distanciamento da realidade negra ou do desejo de embranquecimento (Pinto; Freitas, 2017, p. 225).

Na verdade, foi a família que lhe forneceu a força e a coragem necessárias para lidar com a violência cotidiana no meio urbano, em especial o racismo. Segundo a própria Luiza Bairros (2015), em entrevista que deu ao jornal *Zero Hora*, o movimento negro em Porto Alegre era muito fechado. Talvez por esta razão, a autora tenha preferido migrar para a cidade de Salvador em 1979. No ano anterior havia sido fundado em São Paulo o Movimento Negro Unificado (MNU). Era o período de ruptura com a ideologia da democracia racial e de afirmação da luta antirracista. Em depoimento concedido a Silvana Bispo (2011), a autora enfatiza que esta foi a “fase de afirmação da existência do racismo, era isto fundamentalmente que caracterizava a nossa intervenção, que era muito facilitada em algum sentido, pela existência no mesmo período destas manifestações todas dos blocos afros e afoxés que eram muito fortes” (Bispo, 2011, p. 148).

Luiza Bairros passa a fazer parte de uma resistência coletiva com proposições antirracistas a partir da denúncia da falência do mito da democracia racial que renderia marcos históricos para muitas gerações de trabalhadores/as negros/as no país, a exemplo da luta por políticas de ações afirmativas, dentre muitas outras. A autora e militante passou a integrar o Movimento Negro Unificado (MNU) na Bahia. Em entrevista, de 2009, a autora afirma o seguinte: “sou de uma época em que o movimento negro apenas para se legitimar como movimento negro, para as pessoas olharem para ele, dizer assim ‘Ah, realmente, isso aí é um movimento social e legítimo’ pelo menos, isso levou dez anos” (Cardoso, 2012, p. 197).

Arguta e imersa na militância do movimento negro na Bahia, Luiza Bairros dedica a compreender a dura realidade de trabalhadores/as negros/as do Brasil num período em que a versão oficial insistia na ideia de que no país não havia racismo.

Vivendo num país fundado na escravidão de africanos e seus descendentes, os/as trabalhadores/as negros/as dos tempos recentes, mesmo livres, carregam no corpo as marcas que os conectam a um passado em que a negação de direitos estava dentro da normalidade. De fato, mesmo após cem anos da abolição legal da escravidão, ter maiores concentrações de melanina na pele, cabelos crespos e outros traços corporais que remontam a ancestralidades não brancas segue sendo critério para a negação ou a limitação de cidadania em todo o território nacional (Pinto; Freitas, 2017, p. 228).

No artigo intitulado “Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980”, Luiza Bairros (1988) enfatiza a permanência da discriminação racial que atravessa a história da constituição do capitalismo brasileiro. Ao analisar a participação do negro na força de trabalho na região metropolitana de Salvador, no período de 1950 a 1980, demonstra quantitativamente a existência de uma perversa dinâmica de desigualdade racial e de gênero. Além disso, assumiu a tarefa de problematizar a percepção entre a própria comunidade negra de que os/as negros/as servem apenas a “fazerem cultura”. Era fundamental alterar esta percepção e, mais importante ainda, era a tarefa de construir coletivamente os meios para incorporá-los/as como sujeitos da estrutura produtiva, do mundo do trabalho livre” (Pinto; Freitas, 2017, p. 229).

Luiza Bairros se dedicou a analisar as relações raciais e o mercado de trabalho. Compreendeu que o racismo é parte desta relação cuja fundamentação perpassa as vivências dos sujeitos pretos. Neste sentido, fez apontamentos pertinentes sobre o racismo enquanto uma ideologia de Estado em sua amplitude, isto é, na desumanização do “outro” em articulação com ideais de superioridade e hierarquização social que sustenta e possibilita práticas de preconceito e discriminação.

Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto e Felipe Freitas (2017), a intelectual e militante foi desenvolvendo sua percepção acerca da ‘funcionalidade do racismo e do sexismo nas sociedades capitalistas’. Neste sentido, compreendeu que “mais que o gênero, a raça respondia como fator sobremaneira eficiente na produção de desigualdades” (Pinto; Freitas, 2017, p. 230). Ao mesmo tempo em que percebeu que, no desemprego, “o negro é o primeiro que sobra”, também entendeu que o racismo é ainda mais cruel com as trabalhadoras negras que, na dinâmica do capital, são sistematicamente inseridas nos postos de trabalhos mais precarizados e degradantes, mesmo se estas ocupações são consideradas como tipicamente femininas, como é o caso do emprego doméstico⁵.

Estas percepções, a militância cotidiana e a influência de Lélia Gonzalez⁶, fizeram com que Luiza Bairros adentrasse, como ninguém, no movimento de mulheres negras e no movimento feminista, onde ganha proeminência nacional e começa a assumir posições na direção executiva do MNU. Florescem suas contribuições teóricas e políticas que produziram reflexões e ações contundentes.

Mulheres negras em nossos novos feminismos revisitados

⁵ E no Brasil atual tomado pelo ódio, pelo racismo e pela negação da ciência, o Ministério Público não cessa de encontrar mulheres negras empregadas domésticas, muitas das quais idosas, vivendo em condições análogas às da escravidão.

⁶ Ver entrevista concedida à Sonia Alvarez (2012, p. 835).

Curiosas/os e apaixonadas/as pela trajetória de luta de Luiza Bairros vão se emocionar ao acessarem a página do Acervo da Cultura Negra (CULTNE)⁷ e se deparem com a imagem e a voz potente da jovem Luiza Bairros durante o VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, realizado em 1985 em Bertioga-SP. A autora discorria sobre o alcance do feminismo que, segundo ela, era muito maior do que o próprio movimento imaginava. Observa que o temor de algumas feministas de que o tratamento de questões sociais, políticas, econômicas pudessem descaracterizar o objetivo maior do feminismo é completamente infundado. E enfatiza que,

Para nós, mulheres negras, é algo muito mais profundo e [o feminismo] tem de vir acompanhado por despertar nosso para uma série de questões que antes a gente não conseguia enxergar. Houve um primeiro momento de necessidade do movimento feminista, para manter uma unidade, ter um certo fechamento (no bom sentido da palavra) em cima de questões específicas. Mas eu creio que agora é o momento de nós começarmos a olhar o que existe de diferente, o que existe de aparentemente contraditório dentro do movimento. Quando a gente começar a olhar isso de frente, vai ter sido dado um salto qualitativo e quantitativo muito importante. Basicamente, essa coisa que nos vem em função do fato de nós tentarmos trabalhar com as mulheres negras; essas coisas que nós aprendemos com o feminismo levando em conta nossa especificidade étnica. E a gente não pode de maneira nenhuma esquecer que na América Latina e no Caribe a grande maioria das mulheres não são brancas e, por não serem brancas, têm uma forma muito especial de inserção na sociedade determinada por essa condição (Bairros, 1985, s/p.).

O trecho acima coloca no centro do debate a tensão entre o movimento feminista hegemônico e o movimento de mulheres negras. Mesmo atuantes, as mulheres negras não viram suas pautas serem priorizadas. Outras formas de opressão não foram percebidas pelas feministas, outras mulheres tiveram suas vozes silenciadas e seus corpos estigmatizados. As fronteiras com o feminismo apareceram, por exemplo, quando mulheres negras discutiam a necessidade da luta por creches comunitárias e eram contestadas por feministas brancas (Gonçalves, 2018). Esta tensão não era uma novidade. Em 1979, Lélia Gonzalez participou do Encontro Nacional de Mulheres e notou que as feministas brancas, mesmo com orientações progressistas e de esquerda, não perceberam a importância da inserção da pauta racial. A unanimidade que havia em torno da luta contra a exploração da mulher e do operariado deixava de existir quando o assunto era a discussão sobre o

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UTMNtN2jOVs>>. Acesso em 12 ago. 2022.

racismo e o significado da raça na vida de mulheres negras. Sobre este episódio, Gonzalez escreveu o seguinte:

Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras, todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causadora por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca (Gonzalez, 2018, p. 48).

A luta antirracista tão central às mulheres negras era inexistente na agenda do feminismo e, mais que isso, as relações raciais eram o abismo que separava as mulheres brancas das mulheres negras. Surgia a ideia de uma organização própria e no Encontro Feminista Latino-americano, realizado em Bertioga, esta ideia ganha fôlego⁸ e consolida entre as mulheres negras um discurso feminista que até então era rejeitado. A fala de Luiza Bairros (reproduzida acima) teve então um papel de destaque ao reivindicar atenção para a configuração das contradições de gênero, raça e classe na sociedade brasileira.

Numa sociedade racista sexista mareada por profundas desigualdades sociais, o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais? Esta é uma questão recorrente não totalmente resolvida pelos vários feminismos que interpretam a opressão sexista com base num diferenciado espectro teórico política ideologia de onde o movimento feminista emergiu. (Bairros, 1995, p. 458).

Suas preocupações políticas são traduzidas em seus textos teóricos sobre a tensão do feminismo *versus* mulheres negras. Compreende que “a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação, onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos” (Bairros, 1995, p. 461). Isto quer dizer que inexistente uma identidade única à medida que “a experiência de ser mulher [e negra] se dá de forma social e historicamente determinadas” (Bairros, 1995, p. 461). Para a autora esta formulação é particularmente importante, pois revela a existência de múltiplos feminismos e permite refletir sobre os movimentos negro e de mulheres negras brasileiros. Assim, “a necessidade de dar expressão a diferentes formas de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça), o que torna supérfluas discussões a

⁸ A este respeito, consultar o artigo Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe (Gonçalves, 2018).

respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras – luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra luta” (Bairros, 1995, p. 461).

Esta compreensão de Luiza Bairros a fez perceber a necessidade de revisitar os nossos feminismos, com vistas a inserir as pautas das mulheres negras. Um processo que a levou a expandir sua própria noção de feminismo, especificando inclusive que foram as mulheres negras as responsáveis por difundir para as áreas mais longínquas o pensamento feminista, que chegou às favelas e aos quilombos por meio da atuação das mulheres negras. Sem romper com o feminismo, a autora apostou em continuarem se organizando nos grupos de mulheres negras, realizando os encontros de mulheres negras, visando resgatar aquilo que o Movimento Feminista produziu de mais instigante. Ao mesmo tempo, para a autora, tratava-se de fortalecer “a nossa identidade enquanto raça e a percepção de nós mesmas, enquanto parte de um grupo social extremamente discriminado, que somos nós mulheres[negras]” (Bairros, 2008, p. 146).

Luiza Bairros e a Promoção da Igualdade Racial

Antes de ocupar, como Ministra, a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros teve lugar de destaque no Movimento Negro Unificado, mas também teve uma inserção importante em agências internacionais. Sua qualificação elevada a conduziu a trabalhar, de 2001 a 2003, no programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que, segundo a autora, foi um espaço na verdade criado por pressão do movimento negro. O que lhe permite “conhecer outras agências internacionais, como o DFID, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido” (Alvarez, 2012, p. 836) e a desenvolver o Programa de Combate ao Racismo Institucional, que tinha por objetivo era compreender como o racismo opera no setor público.

A partir daí, Luiza Bairros começa a refinar o seu pensamento e a sua prática “sobre a ausência de políticas para a população negra, ou ausência de políticas de igualdade racial, e o que impede que isso aconteça dentro das organizações. Trabalhamos a partir de um conceito de racismo institucional e, com o apoio internacional, desenvolvemos uma experiência na Prefeitura de Recife, no Ministério Público de Pernambuco e, depois, na Prefeitura Municipal de Salvador” (Alvarez, 2012, p. 836). Esta experiência será fundamental para as ações empreendidas mais tarde na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Antes, porém, é importante enfatizar a enorme presença de Luiza Bairros no contexto internacional de combate ao racismo, com destaque para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 07 de setembro de 2001, em Durban, África

do Sul. Para ela, a Conferência foi “um ponto de inflexão nas formas de entender como o racismo historicamente tem operado no mundo” (Bairros, 2002, p. 169). Durban ficou marcada por ser o espaço “onde o racismo pôde emergir na sua dimensão global, enquanto construção histórica que vem influenciando o modo como a riqueza e o poder distribuem-se, tanto no interior das sociedades como entre as nações” (Bairros, 2002, p. 169). Na visão de Luiza Bairros, Durban teve “o grande mérito de, no seu documento final, colocar, pela primeira vez, os afrodescendentes como vítimas do racismo e ao definir, também pela primeira vez, que o Estado tem a responsabilidade primária de combater o racismo” (Barreto, 2021, p. 57). Não por acaso, o estado brasileiro reconhece, em 2001, que há racismo no Brasil e se compromete a seguir o Plano de Ação da Conferência de Durban.

O clima de euforia contagiou tanto o movimento negro como o movimento feminista antes, durante e depois de Durban. A este respeito Vanda Sá Barreto, escreve que “as condições políticas para as mulheres negras participarem de forma mais ativa em Durban também se deu pela proximidade com o movimento feminista. Ou seja, elas conheciam a *etiqueta* das Conferências Mundiais, o que as mulheres negras não tinham. Foi assim um aprendizado” (Barreto, 2021, p. 59).

As mulheres negras foram um espetáculo à parte, na opinião de muitas militantes que estiveram em Durban.

A III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. Entre as diferentes iniciativas desenvolvidas, destaca-se a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pré-Durban, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país e coordenada pelo Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, pelo Geledès/Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, e pelo Maria Mulher, do Rio Grande do Sul (Carneiro, 2002, p. 210).

Para além dos contatos que as mulheres negras fizeram com outros grupos internacionais, tiveram participação ativa ao longo da Conferência. O documento intitulado “Mulheres negras: um retrato da discriminação racial no Brasil”, escrito pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), foi destacado como mais uma contribuição das brasileiras à Conferência com vistas a dar maior visibilidade à questão específica das mulheres negras no país.

A Conferência de Durban, portanto, foi mesmo um ponto de inflexão. Seus desdobramentos no Brasil se consolidam com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que em 2003, cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Neste momento, Luiza Bairros já havia voltado a morar em Salvador e era docente da Universidade Católica de Salvador. Era pesquisadora de um projeto de intercâmbio entre estudantes afro-estadunidenses e afro-brasileiros. A partir do

conceito de racismo institucional e, com o apoio internacional, Luiza Bairros desenvolveu uma experiência de combate ao racismo na Prefeitura de Recife, no Ministério Público de Pernambuco e, depois, na Prefeitura Municipal de Salvador, que consistiu numa metodologia de capacitação de servidores e gestores públicos. A questão que se colocava era:

[...] como fazer com que servidores e gestores identifiquem os entraves que o racismo causa na atuação de uma instituição e qual o efeito disso nos serviços que são prestados. São serviços que acabam deixando de atingir determinado setor da população ou, se atingem, o fazem de maneira muito precária. Isso é muito evidente, por exemplo, na saúde: quais as dificuldades no atendimento, quais obstáculos o racismo interpõe na relação de um negro usuário do serviço com quem trabalha na unidade de saúde? (Alvarez, 2012, p. 836).

Em 2008, Luiza Bairros é convidada a assumir a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial no governo da Bahia, que após décadas de administração da oligarquia política, foi assumido pelo Partido dos Trabalhadores. Para a intelectual, foi a partir daí que foram sendo criadas as condições para que ela se tornasse Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Porém, observa que talvez isso seja “muito mais devido ao fato da eleição da presidenta, Dilma Rousseff, e da decisão que ela tomou de ter como meta pelo menos 30% de mulheres no ministério” (Alvarez, 2012, p. 837).

Luiza Bairros permaneceu à frente da Seppir ao longo do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, de 2011 a 2014. O relatório “Promoção da igualdade racial – destaques 2011-2014”, organizado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sob a gestão de Luiza Bairros, demonstra o quanto houve um avanço no que concerne à incorporação da perspectiva racial nas políticas governamentais. Aquele foi um período bastante favorável à institucionalização da política de promoção da igualdade racial. Duas conquistas merecem destaques:

Uma se refere a conquistas nos marcos institucionais e regulatórios, a começar pela decisão unânime do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade das ações afirmativas. Por sua vez, o Congresso Nacional, aprovou leis que preveem reserva de vagas com base em critérios étnicorraciais.

A segunda dimensão tem a ver com a constituição, pelo Governo Federal, do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), que fortalece e amplia a efetividade da política, estabelecendo as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na sua execução. Ao mesmo tempo, o Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial vem consolidando os esforços de aprimoramento da gestão da informação, de modo que o setor público e a sociedade possam

acompanhar as ações e seus efeitos na vida da população negra. (Seppir, 2015, p. 7).

Durante o período em que Luiza Bairros foi Ministra de Estado, de fato, muitos avanços ocorreram. Vimos saltar a adoção de ações afirmativas para o acesso a universidades e institutos técnicos federais; o mesmo ocorreu com relação ao serviço público por meio de concursos da Administração Federal; assistimos a um crescimento de recursos para projetos de cultura e arte (Seppir, 2015). E foi nesta gestão que houve um empenho para fortalecer “ações para comunidades tradicionais de matriz africana, quilombolas e povos ciganos, em consequência da crescente participação desses segmentos no debate da agenda de políticas públicas” (Seppir, 2015, p. 07-08).

Foram muitos os desafios assumidos pela Seppir, com várias frentes de atuação: (i) a adoção de ações afirmativas na educação, no trabalho e na cultura; o fortalecimento de ações para comunidades tradicionais, por meio do Programa Brasil Quilombola, do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e do Diálogo com os Povos Ciganos; (ii) a promoção de direitos da juventude negra, com a implementação do Plano Juventude Viva; (iii) medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, visando a valorização da pluralidade étnico-racial em instituições públicas e privadas; (iv) reversão das representações negativas da pessoa negra, buscando a valorização da história e da cultura negra; (v) dar efetividade aos marcos legais, sobretudo implementando a Rede Nacional de Atendimento às Vítimas de Discriminação Racial; (vi) promover a participação social, criando instâncias formais, como o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e espaços de debates, como a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial; (vii) investir na atuação política no cenário internacional (Seppir, 2015).

A tarefa deste artigo não é fazer um balanço da atuação e das ações de Luiza Bairros (que foram muitas) como Ministra de Estado, mas de mostrar o quanto sua inserção no movimento negro, no movimento de mulheres negras e no movimento feminista deram a ela uma percepção fina sobre as necessidades da classe trabalhadora negra, em especial as mulheres negras, sempre desconsiderada pelos governos conservadores.

Como Ministra jamais perdeu o contato com sua base. Era reconhecida pelo movimento negro e pelo movimento de mulheres negras, que lhe ofereceram seus melhores quadros. E ela respondeu com as melhores propostas. Era uma militante intelectual e uma intelectual militante. Organizou com maestria a junção de suas reflexões teóricas e de seus conhecimentos advindos da militância. Uma relação que permaneceu das mais lindas e admiráveis.

Luiza Bairros é fonte incessante de inspiração e, apesar da saudade, permanecerá entre nós sempre como *uma bem lembrada*.

Referências

- ALVAREZ, Sonia E. Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 883-850, 2012.
- BAIROS, Luiza. 'Havia quem me indicasse o elevador de serviço', lembra ex-ministra negra de época em que viveu no RS – Entrevista concedida a Jones Lopes da Silva, *Zero Hora*, 17 jan. 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/havia-quem-me-indicasse-o-elevador-de-servico-lembra-ex-ministra-negra-de-epoca-em-que-viveu-no-rs-4682898.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- _____. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs.). *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA, 2008, p. 139-145.
- _____. III Conferência Mundial contra o Racismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.169-170, 2002.
- _____. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- _____. Pecados no 'paraíso racial': o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. In: REIS, João José Reis (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BISPO, Silvana Santos. *Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1977)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995.
- GARRIDO, Mirian. Militantes, atores políticos e biografados: Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Anais... Florianópolis, 27-31 jul. 2015.
- CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, 2012.

- BARRETO, Vanda Sá. *Luíza Bairros: pensamento e compromisso político*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- GELEDÈS, Portal. *Perfis Femininos: Luíza Bairros*. 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/perfis-femininos-luiza-bairros/>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 09-22, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, p. 190-214, 2018.
- GUSSI, Alcides Fernando. Reflexões sobre os usos de narrativas biográficas e suas implicações epistemológicas entre a Antropologia e a Educação. In: *26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Anais...* Porto Seguro, 01-04 jun. 2008.
- MULHER 500. Luíza Bairros (1953-) In: *Mulher 500 Anos Atrás dos Panos*. s/d. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/luiza-bairros-1953/>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães; FREITAS, Felipe da Silva. Luíza Bairros – uma “bem lembrada” entre nós, 1953-2016. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 55, p. 215-276, 2017.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: ‘de Bertioga a Beijing?’. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.
- SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Promoção da igualdade racial – destaques 2011-2014*. Brasília: Seppir, 2015.